



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

FLS 277 PROC.
Nº 328 /20 23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 006/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 328/2023**

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **03.100.645/0001-94**, com sede na Praça Vereador Vital Muniz, nº 01, Boqueirão, Praia Grande - SP, CEP 11701-050, Telefone (13) 3476-1700, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande o Vereador MARCO ANTONIO DE SOUSA, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS**, visando a imediata e futura contratação de empresa especializada em serviços de confecção de artigos personalizados para solenidades de honrarias: medalhas e placas de homenagem, títulos e molduras, diplomas, como Órgão Gerenciador, e como Órgão Participante, da abaixo qualificada, no **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023**, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 328/2023, regido na Lei nº 10.520, de 07 de julho de 2002; no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços; na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a Defesa do Consumidor, e aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes:

REGINA DOS SANTOS ADORRO MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº **22.325.185/0001-47**, com sede na Rua Constantina do Prado Lacerda, nº 473, Bairro Vila Romar, CEP: 11.750-000, no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo, Telefone (13) 3454-2230 / 99609-0283, e-mail comercialadorro@gmail.com, representada neste ato por REGINA DOS SANTOS ADORRO, Proprietária, portadora do RG nº 24.399.985-9 e inscrita no CPF/MF sob nº 142.809.158-06, residente e domiciliada à Rua Constantina do Prado Lacerda, nº 473, Bairro Vila Romar, CEP: 11.750-000, no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo, Telefone (13) 3454-2230 / 99609-0283, e-mail comercialadorro@gmail.com.

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços - ARP decorre de adjudicação do Pregão Presencial nº 006/2023 - SRP e ato de homologação de 23/06/2023, tudo constante do Processo nº 328/2023, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE - ESTADO DE SÃO PAULO Fone: (13) 3476-1700 – Praça Vereador Vital Muniz, 01 – Boqueirão – CEP 11.701-050 – Praia Grande/SP com força de Instrumento Contratual, pelas condições estabelecidas no Instrumento Convocatório do referido Pregão, com base do disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 (Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas), observadas as alterações e atualizações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para imediata e futura contratação de empresa especializada em serviços de confecção de artigos personalizados para solenidades de honrarias: medalhas e placas de homenagem, títulos e molduras, diplomas para a Câmara Municipal de Praia Grande, conforme especificações contidas no Edital de Licitação modalidade Pregão Presencial nº 006/2023 e seus Anexos que, juntamente com a proposta da DETENTORA, constantes do Processo Administrativo nº 328/2023, que fazem parte deste instrumento, para todos os fins e efeitos legais, independentemente de



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

FLS 278 PROC.
Nº 328 /2023
PSM

transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, iniciando-se com a sua publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS QUANTIDADES E DO VALOR REGISTRADO

3.1. As quantidades e os valores registrados do objeto desta Ata estão indicados na tabela a seguir conforme as especificações e características detalhadas e dispostas no Termo de Referência, Anexo do Edital do Pregão Presencial nº 006/2023 - SRP.

LOTE 1			
QTDE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
21	MEDALHA CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 270,00	R\$ 5.670,00
VALOR TOTAL DESTE LOTE		R\$ 5.670,00	
VALOR TOTAL DESTE LOTE POR EXTENSO: CINCO MIL, SEISCENTOS E SETENTA REAIS			
LOTE 2			
QTDE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
25	MEDALHA CEZÁRIO REIS LIMA	R\$ 278,00	R\$ 6.950,00
VALOR TOTAL DESTE LOTE		R\$ 6.950,00	
VALOR TOTAL DESTE LOTE POR EXTENSO: SEIS MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS			
LOTE 3			
QTDE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
32	MEDALHA SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 314,84	R\$ 10.075,00
32	PLACA DE HOMENAGEM	R\$ 314,84	R\$ 10.075,00
VALOR TOTAL DESTE LOTE		R\$ 20.150,00	
VALOR TOTAL DESTE LOTE POR EXTENSO: VINTE MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS			
LOTE 5			
QTDE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
21	MOLDURA PARA TÍTULO DE CIDADÃO PRAIAGRANDENSE	R\$ 334,80	R\$ 8.370,00
VALOR TOTAL DESTE LOTE		R\$ 8.370,00	
VALOR TOTAL DESTE LOTE POR EXTENSO: OITO MIL, TREZENTOS E SETENTA REAIS			



3.2. O preço global registrado corresponde a R\$ 41.140,00 (Quarenta e um mil, cento e quarenta reais).

3.3. Os preços que vigorarão na presente Ata de Registro de Preços abrangem todas as despesas incidentes sobre o objeto deste instrumento (impostos, contribuições, fretes, seguros, embalagens, instalações e outros).

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o (s) fornecedor (es) para negociar (em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. Havendo outros fornecedores registrados na Ata, a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) for suspensa de licitar e/ou impedida de contratar nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e
- d) for declarada inidônea pelo Poder Público e não reabilitada.



4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas a, b, c ou d será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. Por razão de interesse público e

4.9.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE ENTREGA

5.1. O fornecimento será efetuado com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento pela Contratada da Autorização para Fornecimento do objeto.

5.2. Os prazos de entregas definidos no subitem anterior poderão ser prorrogados por mais 10 (dez) dias corridos, se devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE.

5.3. Os produtos deverão ser entregues na Sede da Câmara Municipal de Praia Grande, sito na Praça Vereador Vital Muniz, 01 – Boqueirão – CEP 11.701-050 – Praia Grande/SP, das 09h às 17h, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A DETENTORA obriga-se a fornecer o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, Edital de Pregão Presencial nº 006/2023, seus Anexos e na proposta apresentada.

6.2. Expedido o pedido de serviço, e após a sua execução conforme estabelecido nesta Ata de Registro de Preços, o objeto será recebido pelo Departamento Administrativo da CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, que expedirá os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.

6.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento por e-mail da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço prestado e devidamente atestado o recebimento.

6.4. Caso a DETENTORA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

6.5. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 6.3, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

6.6. No caso de incorreções nos documentos apresentados, inclusive a Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à DETENTORA para as correções solicitadas, não respondendo a CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.



6.7. Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto perdurar pendências em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

6.8. Para efeito de emissão da Nota Fiscal, o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Câmara Municipal de Praia Grande é o nº 03.100.645/0001-94.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

7.1. À CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, além das obrigações constantes no Termo de Referência Anexo VII ao Edital da licitação modalidade Pregão Presencial nº 006/2023, daquelas estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas Federal e Estadual sobre licitações, cabe:

7.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização ampla, irrestrita e permanente dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, determinando à DETENTORA o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência serão solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis, comunicando todas as ocorrências à Administração;

7.1.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução da Ata de Registro de Preços;

7.1.3. Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução da Ata de Registro de Preços;

7.1.4. Requisitar, através de pedido de fornecimento, os serviços a serem entregues e

7.1.5. Efetuar pagamento à DETENTORA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas na cláusula quarta deste Contrato, relativamente aos serviços efetivamente fornecidos e aceitos pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. À DETENTORA, além das obrigações constantes no Termo de Referência Anexo VII ao edital da licitação modalidade Pregão Presencial nº 006/2023, daquelas estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas Federal e Estadual sobre licitações, cabe:

8.1.1. Entregar os serviços, rigorosamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência Anexo VII ao Edital da licitação modalidade Pregão Presencial nº 006/2023, nos prazos previstos neste instrumento e nas quantidades solicitadas;

8.1.2. Na hipótese de interrupção do fornecimento, atraso na entrega e/ou a não solução dos serviços nos prazos previstos, a DETENTORA ficará obrigada a apresentar justificativa por escrito, no prazo de 48 horas, que será avaliada pelo Diretor do Departamento Administrativo, sob pena de aplicação de penalidade;

8.1.3. Dar plena e fiel execução a este instrumento contratual, respeitadas todas as cláusulas e condições



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

FLS 282 PROC.
Nº 328 /20 23
P814

estabelecidas;

8.1.4. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades;

8.1.5. Entregar os serviços nas quantidades solicitadas observando-se os prazos ajustados, bem como efetuar a correção dos serviços que porventura representarem algum tipo de irregularidade e

8.1.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. À DETENTORA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-á as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e demais normas cogentes):

9.1.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da Câmara Municipal de Praia Grande, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:

I - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

9.1.2 - O atraso injustificado na execução do objeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a DETENTORA à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I - Multa de 2% (dois por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso;

II - Multa de 5% (cinco por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso; e

III - A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no Edital ou Ata de Registro de Preços, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no item 9.1.3.

9.1.3 - Pela inexecução total ou parcial do objeto poderão ser aplicadas à detentora as seguintes penalidades:

I - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

9.2 - As multas referidas nesta Ata de Registro de Preços não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02.

9.2.1 - Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a Câmara Municipal de Praia Grande reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

FLS 283 PROC.
Nº 328 / 20 23
PM

detentora tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem, desde já, o Foro da Comarca de Praia Grande, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.2 - E, por estarem, assim, de perfeito acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam, para que surta todos os efeitos legais.

Praia Grande, em 04 de agosto de 2023.

MARCO ANTONIO DE SOUSA

Presidente da Câmara Municipal de Estância Balneária de Praia Grande
ORGÃO GERENCIADOR

REGINA DOS SANTOS ADORRO

Regina dos Santos Adorro MEI
REPRESENTANTE LEGAL - DETENTORA

Testemunha:

FERNANDO APARECIDO DA CONCEIÇÃO
RG: 30488967-2

Testemunha:

Glauco Flaus da Silva
RG: 45.098.710-3